

FORMAÇÃO DOCENTE NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO

Lorena Francisca Morais dos Santos¹

Sandra Elaine Aires de Abreu²

RESUMO

O presente trabalho tem como tema principal, a formação docente em uma perspectiva inclusiva. Estudos têm comprovado que uma das maiores causas das dificuldades que um professor encontra em sala de aula, ao atender alunos com necessidades educacionais especiais, não é apenas a falta de experiência profissional mas também como fator primordial para tal resultado é a desarticulação entre teoria e a prática na formação inicial. Para isso foi estabelecido um objetivo para o presente estudo, cujo tem como função analisar as implicações que uma formação docente inclusiva traz na prática pedagógica. Com o intuito de problematizar a formação de professores de inclusão no ensino superior, se estabeleceu algumas etapas para o desenvolvimento desta pesquisa, como pesquisas bibliográficas, coleta de dados e análises documentais. Identificou-se que para que se chegue a uma educação totalmente inclusiva e de qualidade, a ampliação do conhecimento, o constante aprendizado, a melhora nos âmbitos de formações docentes e a continuidade dos cursos de capacitação, são indispensáveis para a preparação dos educadores que atuam no processo de inclusão social.

Palavras-Chave: Inclusão. Teoria-Prática. Formação Docente.

Introdução

Uma das dificuldades que um professor encontra em sala de aula atualmente é, atender alunos com necessidades educacionais especiais, não é só pela pouca experiência profissional, mas pela desarticulação entre a teoria e a prática na formação inicial. E que a prática pedagógica deve ser entendida como ponto de partida para a reflexão e resignificação docente, pois um dos papéis indispensáveis da formação inicial, é oferecer aos formandos, a interligação necessária entre a teoria e a prática, para que assim se atue de forma efetiva com os alunos com necessidades educacionais especiais.

O resultado e importância de uma prática pedagógica de qualidade na perspectiva da inclusão, é que ao adquiri-la, automaticamente se atende às especificidades e expectativas do aluno com necessidades educacionais especiais, pois tal prática é um pilar importante para que se chegue à um resultado que atualmente é regido por lei, a “Educação de qualidade para todos”, e também

¹ Acadêmica do 7º período do Curso de Pedagogia do Centro Universitário de Anápolis (Unievangélica).

² Professora Orientadora.

conforme diz a Lei n. 9394/96 que afirma a necessidade de assegurar aos alunos deficientes integrados na escola comum, os professores capacitados, já que os professores são participantes ativos nos processos de construção do conhecimento.

O trabalho realizado buscou respostas para tais desafios encontrados na formação docente, ou seja na inclusão, uma vez que a atuação pedagógica em sala de aula, que atende a um público com necessidades educacionais especiais, tem deixado a desejar. A motivação maior para realização de tal trabalho, foi a de saber que através de pesquisas concretizadas e experiências expostas, se obterá conhecimentos sobre a situação da formação dos alunos com necessidades educacionais especiais atualmente, e se buscará soluções para que esse quadro melhore. Este trabalho contribuiu para a área da educação, já que propôs uma reflexão sobre a formação docente de qualidade, além de expor novas formas para a melhoria da prática pedagógica em sala de aula, beneficiando não somente aos futuros professores mas também a gestão escolar e a sociedade.

Para dar continuidade, de forma geral foi estabelecida algumas problematizações e objetivos como ponto de partida para que se conseguisse uma maior compreensão do trabalho realizado, tendo como problematização central o de entender quais são as implicações que uma formação docente Inclusiva traz na prática educativa?, e como objetivo para tal informação interligou-se e analisou-se as implicações que uma formação docente Inclusiva, traria à prática pedagógica. Para compreender essas perguntas, foi necessário, implantar algumas problematizações específicas, como a de saber como a legislação educacional brasileira estabelece a formação docente, para a inclusão? Ou como deve ser o processo de formação docente para a inclusão? E ainda: Quais os desafios encontrados pelo docente na prática pedagógica Inclusiva? Como elementos norteadores para tais perguntas também foram levantados alguns objetivos específicos como o de analisar o que a legislação educacional brasileira estabelece sobre a formação docente para a inclusão, compreender o processo de formação docente para inclusão e analisar os desafios encontrados pelo docente nas práticas pedagógicas inclusivas. A metodologia deste trabalho foi realizada através de pesquisas bibliográficas, artigos pesquisados na internet, leituras de livros, e análise documental, com o fim de encontrar na legislação, leis que de uma maneira direta ou indireta se relacionava com o tema.

A segunda, uma coleta de dados que se realizou mediante a aplicação de um questionário, destinado aos professores, pois segundo Gil (1995, p. 158) as fontes escritas na maioria das vezes são muito ricas e ajudam o pesquisador a não perder tanto tempo na hora da busca de material em campo, sabendo que em algumas circunstâncias só é possível a investigação social através de documentos. Nesta etapa houve a visita na escola Elzira Balduino da rede municipal de 1º a 5º ano do ensino fundamental. O número de alunos matriculados no ensino fundamental desta escola é de 293, sendo 10 alunos matriculados com deficiências, como autismo, DTH, deficiência visual, deficiência auditiva, e intelectual. A escola tem atualmente 6 salas de ensino fundamental sendo todas usadas em ambos os turnos e conta atualmente com 12 professores regentes e duas auxiliares especializadas para atender as crianças com necessidade educacionais especiais. O questionário foi aplicado, para as professores que atendiam em sala de aula, alunos de inclusão, e assim com o auxílio da coordenadora pedagógica, todas as professores responderam as perguntas propostas. A terceira etapa, se realizou através de análises documentais, e pesquisas sobre leis e constituições a fim de comprovar e afirmar regras que são impostas na perspectiva inclusiva.

Formação docente, para a inclusão na legislação brasileira.

Atualmente, a formação Inclusiva tem sido bastante discutida, pois ainda há lacunas entre o que se aprende e como se atua, ou seja cada vez mais se nota profissionais despreparados para atender a um público com necessidades educacionais especiais.

A falta de preparação, que vem desde as formações iniciais, não servem como desculpa, já que atualmente existem cursos de formação continuada para o aperfeiçoamento na área de atuação. O profissional docente pensa muito no que fazer, como fazer, como atuar e como atender com eficiência a esse público com necessidades educacionais especiais, porém na hora do atuar isso não acontece.

Existem atualmente, inúmeras leis que ressaltam sobre o processo de inclusão e da formação adequada voltada para a perspectiva inclusiva. Sendo algumas delas a

LDBEN/1996, Resolução CNE/CEB/2011, Resolução Nº 4, Constituição Federal/1988, e entre outras. Para que se entenda de forma objetiva sobre tais leis, se aprofundará um pouco mais nas leis citadas acima.

Quando se afirma que há inúmeras ideias que são colocadas em prática, refere-se as leis que normalmente são impostas, porém não são cumpridas completamente, como a lei que fala sobre a formação docente que irá atender a esses alunos, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, das diretrizes e bases da educação nacional em seu artigo 59º, inciso III, recomenda que sejam: professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas salas comuns, e ainda a Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de Setembro de 2001, que institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, em seu artigo 8º, inciso I- recomenda-se professores das classes comuns e da educação especial capacitados e especializados, respectivamente, para o atendimento às necessidades educacionais dos alunos, e então ambas apresentam normatizações que se voltam para uma formação adequada de seus professores.

O professor que atenda alunos com necessidades educacionais especiais deve, segundo a Resolução nº 4, De 2 de Outubro de 2009, de Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial, em seu artigo 12º, deve ter formação inicial que habilite para o exercício da docência e formação específica para a Educação Especial, e a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 em seu capítulo III, artigo 206º, inciso VII, garante aos portadores de necessidades especiais o direito à educação de qualidade no ensino regular em instituições públicas de ensino, Porém como relatado anteriormente, dificilmente o que é imposto pela legislação, acontece.

Quando se fala que os professores que atendam a crianças com necessidades educacionais especiais, sejam capacitados e que possuam especialização, significa que os mesmos devem receber essa capacitação na graduação, propósito esse inexistente, já que a maioria dos cursos de formação inicial, não oferece a prática necessária para que esses profissionais saiam

confiantes e aptos a atender alunos com necessidades educacionais especiais, pois segundo Duek; Martins, (2007) não fazem ligação entre prática e teoria. Forçando assim de certa forma com que os profissionais busquem cursos complementares para se capacitarem e atenderem as necessidades de tais alunos.

Entende-se assim a legislação brasileira como um processo que prevê que os cursos de formação de professores, do magistério à licenciatura, devem capacitar os docentes para receber, em suas salas de aula, alunos com e sem necessidades educacionais especiais, dentre os quais os alunos com deficiências.

Mesmo que no decorrer de alguns anos tenha-se notado um fortalecimento no processo de inclusão, há muito a evoluir e entre tantos fatores, o autor Sant'Ana (2005) defende um reajuste na formação docente e o autor Silva (2009) afirma que o desenvolvimento da inclusão educacional "só pode ter bons resultados se forem feitos por meio da qualificação profissional". O que leva assim uma falha no cumprimento de tais leis.

O processo de formação docente para a inclusão

O objetivo deste item é compreender, refletir e interrogar a preparação de um profissional para atender a crianças com necessidades educacionais especiais, e assim abrir caminhos, e espaços para que seja discutido como deve ser realizado o processo de formação voltada para educação inclusiva.

De acordo com Nascimento (2009) é sabido que há inúmeros regimentos que enfatizam a importância de um profissional de qualidade para atender a esse público alvo, pois quando se tem um profissional de qualidade, a margem de insatisfação e de insuficiência no sistema de aprendizado diminui consideravelmente. Porém, o que vem acontecendo há mais de 20 anos no Brasil, é um número expressivo de educadores que se dizem despreparados para atender às especificidades dessa clientela na sala regular. Esse despreparo e insegurança se deve a precariedade na formação inicial, como nos afirma o autor Lima, (2002, p.40). "Há uma queixa geral

de estudantes de pedagogia, de licenciatura e dos professores: não fui preparado para lidar com crianças com deficiência”.

As diretrizes do curso de licenciatura em pedagogia, aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação, não especificam como se dará a formação do professor especialista em educação especial e nem exigem a formação do professor capacitado; apenas aponta a inclusão como princípio educativo. Nascimento (2009 p. 4) afirma que, para que se entenda o processo de formação docente para inclusão de forma clara e objetiva, deve-se primeiramente compreender que todo profissional da educação deve, possuir uma formação docente direcionada para a diversidade do aluno seja ela qual for.

Nascimento (2009, p.2) nos explica que para tentar amenizar as “falhas” no processo de ensino-aprendizagem dos alunos de inclusão, cabe aos educadores estarem habilitados para atuarem de forma competente junto aos alunos inseridos nos vários níveis de ensino e diante desse quadro, torna-se importante que os professores sejam instrumentalizados a fim de atender às peculiaridades apresentadas pelos alunos, sendo que através desses pontos talvez se consiga a participação ativa das universidades, dos centros formadores e das capacitações docente.

Para que os professores atuem de forma competente, entende-se que eles devem estar em um processo contínuo de formação, ou seja

A formação deve ocorrer de maneira sistematizada e contínua, inclusive, no próprio local de trabalho, pois formar-se deve ser compreendido como um processo permanente, propiciando um entendimento do que fazemos, tomando a prática como ponto de partida para a reflexão e ressignificação. (DUEK; MARTINS,2007, p. 164).

E assim para (DUEK; MARTINS,2007, p. 164) um dos fatores primordiais para tal sistematização, é a formação continuada, pois a mesma se preocupa com a transformação da escola e do ensino, possibilitando ao professor, transformar e melhorar suas práticas educativas, formalizando novas formas de se pronunciar em relação às necessidades educativas do seu alunado.

Quando se fala em formação continuada, não há um enfoque a algo individualista e único, ou seja, a formação continuada se objetiva a inúmeros contextos e âmbitos, o autor MANZINI (2007, p.3), classifica quatro caminhos, no que se refere à formação continuada, sendo eles, 1) a formação continuada por meio de cursos, extra-sala de aula; 2) a formação continuada em serviço, com ênfase na preparação direta; 3) a formação, com informações coletadas na sala de aula, e discutidas com o professor, chamada de educação reflexiva; 4) a formação com auxílio de um profissional externo à escola, chamada de colaborativa. Essas classificações nos induz a acreditar que existem inúmeras formas de formações contínuas, de capacitação e expansões de conhecimentos para o profissional.

Cabe ao profissional docente, refletir sobre sua formação, seu preparo para atuar nessa escola que está para todos, pois a formação contínua de um profissional, depende tanto dele como de todos os envolvidos neste processo, até mesmo um profissional externo da instituição pode colaborar com o processo de formação e expansão de conhecimentos de um docente da escola inclusiva, como nos cita

O futuro da educação inclusiva em nosso país dependerá de um esforço coletivo, que obrigará a uma revisão na postura de pesquisadores, políticos, prestadores de serviços, familiares e indivíduos com necessidades educacionais especiais, a fim de trabalhar uma meta comum: a de garantir uma educação de melhor qualidade para todos. (MENDES, 2004, p. 228 apud SARAIVA; VICENTE, FERENC 2007, p. 07).

O quesito indispensável para a efetivação de uma educação inclusiva que ofereça um ensino adequado, às diferenças e às necessidades de cada aluno não pode ser visto de forma isolada, mais sim como parte do sistema regular, é a formação adequada e contínua do professor (SANT'ANA, 2005; GLAT ; FERNANDES, 2005). E então de acordo com (NASCIMENTO, 2009), as mudanças que são necessárias para o atendimento e acolhimento das crianças de inclusão, requerem profissionais docentes com uma nova reflexão e visão sobre essa população, um acolhimento que se pautem em princípios éticos, igualitários e solidários.

Desafios docentes para efetivação da prática pedagógica inclusiva.

Este item busca respostas sobre as verdadeiras causas do fracasso educacional na perspectiva da inclusão no âmbito escolar, atualmente.

Sabe-se que o educador deve preocupar-se não somente com o que ensinar, por que ensinar, a quem ensinar e como ensinar, mas de acordo com Schwarz; Moraes (2012) ele deve compreender também que nesse processo de ensinar, está incluído o processo de construção do conhecimento numa dialética constante e ininterrupta. A construção do papel do professor é, portanto, algo que acontece coletivamente, na prática, em sala de aula, e no exercício da atuação cotidiana da instituição escolar.

Partindo desde contexto, através de pesquisas realizadas, os artigos trabalhados nos traz de forma clara e objetiva que a sociedade, os alunos, e os professores também são afetados por essa necessidade constante de atualização de conhecimentos e competências, fazendo assim com que seja necessário organizar-se de modo que isso seja possível, ou que tenham oportunidades para aperfeiçoarem sua arte de ensinar (SCHWARZ; MORAES 2012).

Alguns fatores são primordiais para tais desafios, pois, sabe-se que além de serem poucos os docentes que atuam nessa área da educação, muitos não se sentem preparados para trabalhar com crianças que possuem necessidades especiais, alguns por medo, receio, preconceito, falta de entusiasmo e baixos salários. Monteiro; Manzini (2005, apud MANZINI 2007, p.79) afirmam que “o professor apresenta um medo inicial ao saber que vai receber um aluno com deficiência e esse sentimento se atenua com o passar de semanas e meses”. Além disso, os professores que estão na sala de aula não foram preparados para realizar esse tipo de atividade, o que os coloca em posição desconfortável e conseqüentemente prejudica o processo de inclusão escolar e de aprendizagem dos alunos, eles foram formados em um momento em que não havia esperança para essas pessoas e até hoje nota-se que esse processo é lento.

Em um contexto formal, os autores (DUEK; MARTINS,2007) relatam três dificuldades iniciais como ponto de partida para tal entendimento. Primeiro que

alguma dificuldade encontrada no processo de atuação do docente se dá pelo fato de não se promover a reflexão sobre as trajetórias de vida de formação e da prática docente, já que isto não é uma tarefa fácil para o professor, porém é sim possível um avanço no modo de pensar o ensino aprendizagem, bem como a maneira de atuar.

Uma segunda dificuldade, é a de assumir-se como agente principal do seu processo formativo, ou seja, o professor precisa dar-se conta da natureza de seu saber, pois atualmente os professores tem frequentado cursos que lhes digas ‘o que’ e ‘como’ fazer para ensinar o aluno com necessidades educacionais especiais, querem respostas prontas, seguras e sem riscos. Afirma-se assim que a formação continuada como possibilidade de desenvolvimento profissional deve ser assegurada enquanto direito do profissional da educação, porém que a própria não pode se caracterizar como ‘algo a mais’ que se acrescenta ao trabalho de professor ou como um somatório de “dias de treinamento”,(DUEK; MARTINS,2007).

E a terceira é necessidade de reconhecer que mudar é difícil, porém é possível. Sabe-se que as condições existentes no âmbito escolar, nem sempre favoreceram a troca de experiências entre seus profissionais. Assim, mesmo que aqueles professores que se dispunham a participar, em certos momentos tendem a abandonar tais projetos, e os resultados que se esperava, nem sempre são vistos em curto prazo, dificultando assim a efetivação das ações de formação continuada nas escolas (DUEK; MARTINS,2007).

Com o intuito de buscar respostas, foi aplicado questionários aos professores da Escola Municipal Elzira Balduino, que possuíam em suas salas, alunos com necessidades especiais. Cinco professores participaram, e todos lecionavam no ensino fundamental. O questionário utilizado nesta pesquisa continha quatro perguntas objetivas e uma pergunta dissertativa, tendo como pontos principais saber a que se deve, essa precariedade na educação voltada para inclusão, quais os principais desafios enfrentados por eles, qual o papel das Instituições superiores na preparação de professores que vão atuar nessa área, constatar se eles têm feito cursos, participado de seminários ou tem alguma especialização, com finalidade de aperfeiçoamento da educação inclusiva, e entender sobre como vem ocorrendo o processo de formação docente.

De acordo com as respostas obtidas, notou-se que 40% dos professores responderam que os principais desafios enfrentados por eles, é a falta de formação contínua e capacitação dos profissionais, que a rede de ensino não oferece, 40% que o desafio maior está na precariedade da formação inicial, pois trata do processo de inclusão superficialmente, e 20% que o desafio está na falta de estímulo e acompanhamentos dos pais em relação as especificidades do alunado.

Em seguida 40% dos professores questionados, responderam que não ocorre processos de formações, na rede de ensino, para aqueles professores que atendem alunos de inclusão, e 60% que o processo acontece, porém tem sido falho, pois se pautam muita na teoria, e esquecem a prática de lado.

Continuando, a coleta de dados, 40% os professores responderam, que o papel das instituições superiores, é aderir em sua grade curricular, disciplinas que tratam do assunto de inclusão, direta ou indiretamente, pois segundo eles as únicas disciplinas que tratam de educação inclusiva de forma direta, é psicologia da aprendizagem e LIBRAS, fazendo assim com que os profissionais não saiam preparados totalmente para atuar em sala de inclusão, 40% relatam que o papel da instituição superior, é interligar a prática com a teoria, pois as mesmas nos cursos de licenciatura para docentes, se distanciam consideravelmente, o que leva ao despreparo do profissional, e 10% ressaltam que a instituição, é de suma importância na pratica pedagogia, e que os professores saem aptos para atuarem com alunos de inclusão.

Sobre o processo de formação continuada, e capacitações, 40% dos professores não possuem nenhuma especialização, para atender a crianças com necessidades educacionais especiais, 40% não tem especialização, porém participam de cursos online, palestras, e reuniões que abordam sobre o tema de inclusão, e 20% têm especialização, e faz atualmente cursos de AEE oferecidos pelos CFOPE.

E por último, os professores concluíram a coleta de dados, dando sugestões sobre o que deve ser feito pelas unidades de ensino para melhorar o quadro em que a educação voltada para inclusão se encontra, 20% dos entrevistados responderam que o que pode ser feito pelos sistemas de ensino, juntamente com a Secretaria de

Educação é proporcionar-lhes capacitações, e cursos dentro do tema sempre que possível, 20% falaram que para que esse quadro melhore, é necessário a contratação de mais professores especializados em AEE ou seja, mais (cuidadoras) na escola, 20% fala que é dever do docente se mostrar mais aberto e disposto a amenizar o estado em que se encontra a educação inclusiva, e 40% ressalta, que o sistema de ensino, proporciona tudo o que precisam e que não é o sistema que deve mudar, e sim que o processo de mudança vem de cima.

Estas respostas nos possibilitam inferir que é notório, a falta de preparo do professor e que a mesma é um grande empecilho à educação inclusiva. Pois é sabido que o cotidiano profissional do professor retrata situações inesperadas (MARQUES, 2000, p. 11), que exigem tomadas de atitudes imediatas, no entanto para que isto ocorra é necessário disponibilidade a abertura de aprender sempre, aproveitando todo e qualquer momento de formação e informação que escolas, cursos, e centros de formações podem oferecer.

Conclusão

O presente artigo teve como objetivo, compreender como tem sido o processo da formação docente na perspectiva da inclusão. Mesmo que no decorrer de alguns anos tenha-se notado um fortalecimento no processo de inclusão, há muito a evoluir, pois por meio de estudos e pesquisas realizadas, pode-se analisar que a prática pedagógica e o processo de aprendizagem dos alunos de inclusão, é precária e isolada. Atenta-se assim que para um processo de formação de qualidade, a formação docente voltada para a diversidade, deve ser o primeiro impasse a ser resolvido, para que depois os demais problemas sejam solucionados.

O processos de formação docente, sendo um dos pilares principais a serem resolvidos, para que se chegue a uma padrão de ensino totalmente de qualidade, não tem colaborado completamente para tal afirmativa, pois como dito nos artigos, a teoria se distância da prática de forma consideravelmente visível. Para isso como processo de ajustamento, inúmeras reformas e leis, podem ser estipuladas como principais soluções para uma possível mudança. Uma reforma a ser considerada, é a de trabalhar nas grades curriculares dos cursos de licenciatura, disciplinas que de forma direta ou indiretamente se interligue com o processo de inclusão, até mesmo

como um tema transversal, pois o mesmo é um elemento que se adequa a todas as disciplinas facilmente, e várias outras reformas podem ser realizadas, para melhorar esse quadro caótico que a educação inclusiva se encontra.

E assim, entende-se que , para que se chegue a uma educação totalmente inclusiva e de qualidade , a ampliação do conhecimento, o constante aprendizado, a melhora nos âmbitos de formações docentes e a continuidade dos cursos de capacitação, são indispensáveis para a preparação dos educadores que atuam no processo de inclusão social, pois como se rege por legislação a qualidade de aprendizado para os educandos, assim também deve ser o processo de aprendizado do docente, conhecimentos de qualidade que são aplicados primeiramente na formação inicial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação** - lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/740_481.pdf> Acesso em: 10/11/2016.

BRASIL. **Constituição Federal**. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 10/11/2016.

BRASIL. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica** - CNE/CEB/2011 Nº 2, de 11 de Setembro.

BRASIL. **Resolução Nº 4**, De 2 de Outubro de 2009.

DUEK, Viviane Preichardt; MARTINS, Lúcia de Araújo Ramos, Trabalho colaborativo na escola Inclusiva: “Desafios e possibilidades na formação continuada de professores” In: IX CONGRESSO ESTADUAL PAULISTA SOBRE FORMAÇÃO DE EDUCADORES – 2007 São Paulo. Formação Docente na Perspectiva da Inclusão. Disponível em: [file:///C:/Users/Anderson/Downloads/5eixo%20\(10\).pdf](file:///C:/Users/Anderson/Downloads/5eixo%20(10).pdf) Acesso em 15\03\2016.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

GLAT R, FERNANDES EF. Da Educação Segregada à Educação Inclusiva: uma Breve Reflexão sobre os Paradigmas Educacionais no Contexto da Educação Especial Brasileira. **Revista Inclusão**: MEC/SEESP. 2005; 1(1).

- LIMA PA. **Educação Inclusiva e igualdade social**. São Paulo; AVERCAMP, 2002.
- MANZINI, Eduardo José; Formação continuada do professor para atender à Educação Inclusiva In:_____ **Preparação do professor em uma abordagem inclusiva: Educação Continuada**, Brasília-DF 2007.
- MARQUES, Mario Osório. **Formação do profissional da educação**. Ijuí: Unijuí, 2000.
- NASCIMENTO, Rosangela Pereira. **Preparando Professores Para Promover a Inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais**, Londrina 2009. p. 01.
- SANT'ANA IM. Educação inclusiva: concepções de professores e diretores. **Psicologia em Estudo**. 2005; 10(2): 227-234.
- SARAIVA, Ana Cláudia Lopes Chequer; VICENTE, Carla Cristina; FERENC, Alvanize Valente Fernandes "Não estou preparado": A construção da docência na educação Especial In: **IX CONGRESSO ESTADUAL PAULISTA SOBRE FORMAÇÃO DE EDUCADORES** – 2007 São Paulo. Formação Docente na Perspectiva da Inclusão. Disponível em: [file:///C:/Users/Anderson/Downloads/5eixo%20\(10\).pdf](file:///C:/Users/Anderson/Downloads/5eixo%20(10).pdf) > Acesso em 01\03\2016.
- SCHWARZ;. Vera; MORAES. Priscila. **Os desafios do professor na educação inclusiva**, 2012. <<http://www.aprendercrianca.com.br/>> Acesso em 10 nov. 2016.
- SILVA LMda. **Educação inclusiva e a formação de professores**. 2009. 90 f. Monografia apresentada como pré-requisito para conclusão do Curso de Especialização *Latu Sensu* à distância em Educação Profissional e Tecnológica Inclusiva, Estado do Mato Grosso – *Campus Cuiabá* – Octayde Jorge da Silva. Cuiabá, 2009.